Docusign Envelope ID: F5E69D3F-AC1A-4B37-A86F-A7385AD19B8A

Esta edição foi publicada
em nosso portal:
odia.ig.com.br/balancos-e-editais
Confira no QR-Code ao lado

SHOPPING PARK LAGOS S.A. - CNPJ 11.323.246/0001-10

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R$)

Ativo	Notas	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	341	497
Contas a receber de clientes	5	2.935	2.712
Impostos e contribuições a recuperar		4	84
Outras contas a receber		158	148
		3.438	**3.441**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		25	85
Propriedades para investimentos	6	176.000	235.200
		176.025	**235.285**
Total do Ativo		**179.463**	**238.726**

Passivo	Notas	2024	2023
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	7	290	1.430
Impostos e contribuições a recolher		69	212
Empréstimos e financiamentos	8	-	2.800
Provisão da IR e CS		483	594
Dividendos e JSCP a pagar	9	13.365	8.400
		14.207	**13.436**
Não Circulante			
Tributos diferidos	10	20.793	31.438
Empréstimos e financiamentos	8	-	3.889
Rendas a apropriar		491	610
Provisões para contingências		-	844
		21.284	**36.781**
Patrimônio Líquido			
Capital social	11	122.998	142.751
Reservas de lucros		20.974	45.758
		143.972	**188.509**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**179.463**	**238.726**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R$)

Receitas operacionais	Nota	2024	2023
Receita líquida	12	19.269	18.199
Despesas operacionais			
Despesas comerciais		(105)	(132)
Despesas com pessoal		(55)	(59)
Despesas administrativas	13.1	(2.909)	(2.432)
Valor justo da Propriedade p/Investimento		(20.194)	20.791
Provisão para perda com contingências		688	(243)
Provisão para perda com recebíveis		53	-
Despesas tributárias		(713)	(143)
Outras receitas (despesas) operacionais		(90)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**(4.056)**	**35.981**
Receitas financeiras	14	122	461
Despesas financeiras	14	(319)	(774)
Resultado financeiro		**(197)**	**(313)**
Resultado antes do IRPJ da CSLL		**(4.253)**	**35.668**
Contribuição social		1.321	(2.408)
Imposto de renda		2.276	(6.739)
Lucro (prejuízo) do exercício		**(656)**	**26.521**
Participação dos não controladores			
Participação dos não controladores		-	-
Lucro do exercício		**(656)**	**26.521**
Cotas integralizadas ao final do exercício		124.604.364	144.616.812
Lucro líquido (prejuízo) por cota integralizada		0,01	0,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais - R$)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Total
Saldo em 31/12/2022	**142.751**	**2.149**	**25.488**	**170.391**
Lucro do exercício	-	-	26.521	26.521
Reserva legal	-	1.326	(1.326)	-
Dividendos a distribuir	-	-	(8.400)	(8.400)
Saldo em 31/12/2023	**142.751**	**3.475**	**42.283**	**188.509**
Prejuízo do exercício	-	-	(656)	(656)
Cisão parcial do patrimônio	(23.796)	(579)	(7.049)	(31.424)
Aumento de capital	4.043	-	-	4.043
Dividendos a distribuir	-	-	(16.500)	(16.500)
Saldo em 31/12/2024	**122.998**	**2.896**	**18.078**	**143.972**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R$)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	**(656)**	**26.521**
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:		
Alteração nas provisões	(844)	243
Tributos diferidos	(3.598)	9.147
Alterações nas provisões	-	-
Perdas (Ganhos) no valor justo de propriedade para investimento	20.194	(20.791)
Perdas (Ganhos) cambiais em atividades operacionais não realizadas	-	538
	15.096	**15.658**
Variações no capital circulante:		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(92)	(478)
Adiantamentos e despesas antecipadas	-	1
Fornecedores e outras contas a pagar	(8.560)	(2.351)
	(8.652)	**(2.828)**
Caixa líquido gerado consumido pelas atividades operacionais	**6.444**	**12.829**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	-	(5.430)
Cisão da propriedade para investimentos	39.006	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	**39.006**	**(5.430)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos provenientes de AFAC´s e da emissão de cotas de capital	(44.538)	18.120
Recursos provenientes de empréstimos	(6.688)	(2.550)
Dividendos pagos aos cotistas	5.620	(30.122)
Caixa líquido consumido, nas atividades de financiamento	**(45.606)**	**(14.552)**
Aumento redução do caixa e equivalentes de caixa	**(156)**	**(7.153)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	497	7.650
No final do exercício	341	497
	(156)	**(7.153)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R$)

1 - Contexto operacional: A Shopping Park Lagos S.A. ("Companhia") foi constituída sob a forma de sociedade anônima, com o propósito específico de promover o planejamento, o desenvolvimento, a comercialização, a administração e a exploração comercial para a realização do empreendimento imobiliário do tipo "Shopping Center" em Cabo Frio, RJ. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cabo Frio - RJ. **1.1 – Capital circulante líquido:** A companhia apresentou um capital circulante líquido negativo nos montantes de R$.10.769 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 9.995 em 31 de dezembro de 2023) No entanto, não há sinais de déficit de caixa ou de diminuição na capacidade de pagamento da empresa. A principal causa desse saldo negativo é a distribuição de dividendos aos sócios, que é planejada com base na capacidade de geração de caixa operacional ao longo do exercício subsequente. **2 - Resumo das principais políticas contábeis - 2.1 – Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei 6.404/76, complementada pelas Leis 10.303/2001, 11.638/2007, 11.941/2009 e 12.973/2014, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS. **2.2 – Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM n° 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. A emissão dessas demonstrações financeiras, foi autorizada pelos diretores da Companhia em 09 de abril de 2025. **2.3 – Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são mensuradas utilizando a moeda principal do ambiente econômico no qual a empresa opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o real ("R$"). Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão sendo apresentas em R$ e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, portanto, os valores apresentados em milhares de reais quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.4 - Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, deposito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor) e saldos em contas garantidas. **2.5 - Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **2.6 - Contas a receber de clientes:** Incluem aluguéis a receber, bem como os valores de cessão de direito de uso (CDU) dos lojistas dos Shoppings Centers, estacionamento e outras receitas. São demonstrados pelos valores históricos, já deduzidos das respectivas perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD). A administração da Companhia considera que as perdas com créditos duvidosos foram reconhecidas e que os valores dos recebíveis serão realizados. **2.7 - Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens para fins de ganho de aluguel ou depreciação do capital são registrados como propriedades de investimentos e mensurados utilizando o modelo de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram. **2.8 - Custo dos empréstimos:** Custo de empréstimos diretamente relacionados com a construção de propriedades para investimento são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, até que a construção física do ativo esteja finalizada. Quando substancialmente todas as atividades necessárias para que o shopping entre em operação estiverem concluídas, é cessada a capitalização dos juros. **2.9 - Imobilizado:** Imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.10 - Empréstimos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras. **2.11 - Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são incialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. **2.12 - Provisões:** São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança. **2.13 - Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. **a) Receita de aluguel:** Os locatários das unidades comerciais geralmente pagam um aluguel que corresponde ao maior número entre um valor mínimo mensal, reajustado anualmente em sua maioria com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, e um montante obtido através da aplicação de um percentual sobre a receita bruta de vendas de cada locatário. Tanto o aluguel mínimo mensal quanto o complemento advindo do aluguel percentual sobre a receita do locatário são reconhecidos no resultado por competência. **b) Receita de cessão de direito de uso:** Os valores de cessão de direito de uso são contabilizados como receitas diferidas, em uma conta de passivo chamada "Rendas a apropriar", no momento de sua assinatura, sendo apropriado ao resultado de forma linear, com base no prazo do contrato de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir do início da locação. **c) Receita de estacionamento:** Refere-se à receita com exploração de estacionamentos do Shopping Park Lagos S.A. **2.14 - Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. a) Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente pelas empresas da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **3 - Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto. **4 - Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	2024	2023
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	341	497
	341	**497**

5 - Contas a receber de clientes:	2024	2023
Clientes Aluguel **(a)**	3.280	2.831
Clientes CDU **(b)**	136	213
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa **(c)**	(481)	(332)
	2.935	**2.712**

a) Representa as contas a receber de aluguel de lojas e outros espaços comerciais nos shoppings.(b) Representa as contas a receber de lojistas referentes à cessão de direito de uso das lojas e outros espaços comerciais nos shoppings. (c) A Companhia constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa com base na análise de valores inadimplidos de aluguel e CDU que estão sendo cobrados na esfera judicial.

6 - Propriedades para investimentos:	2024	2023
Propriedade para Investimentos - Edificações	102.351	122.826
Propriedade para Investimentos - Instalações	12.495	14.752
Ajuste ao valor justo	61.154	97.622
	176.000	**235.200**

A Companhia contratou empresa especializada para elaborar o laudo de avaliação de sua propriedade para investimento a valor justo. A avaliadora aplicou a metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente. Para a elaboração do laudo também foram considerados dados obtidos no mercado imobiliário local. O valor do empreendimento decorre de um conjunto particular de fatores, tais como o posicionamento dos empreendedores, o risco associado ao desempenho futuro do empreendimento, as próprias condições macroeconômicas do país e da região onde se localiza o shopping. Em 31 de julho de 2024, o Shopping Park Lagos passou por uma cisão parcial de seu patrimônio, com a transferência de parte da propriedade para investimento no valor de R$ 39.240. Adicionalmente, a administração decidiu substituir a empresa responsável pela avaliação a valor justo, passando a contar com os serviços da Richard Ellis. De acordo com o laudo emitido por essa nova avaliadora, o valor justo da propriedade apresentou uma redução de R$ 20.194 na data-base de 31 de dezembro de 2024. Para fins de comparação, em 2023, havia sido registrado um ganho de R$ 20.792, conforme laudo elaborado pela Colliers International).

7 – Fornecedores e outras contas a pagar:	2024	2023
Fornecedores diversos	161	156
Condomínios e FPP	-	1.179
Outras contas a pagar	129	95
	290	**1.430**

8 – Empréstimos e financiamentos:	2024	2023
Empréstimos Curto prazo	-	2.800
Empréstimos Longo prazo	-	3.889
	-	**6.689**

Empréstimo junto à PB Administradora de Estacionamentos Ltda, com a finalidade de financiar a expansão do estacionamento do Shopping Park Lagos. O empréstimo será pago em 48 parcelas mensais, iguais e sucessivas com juros de 9,8% a.a., com primeira parcela paga em abril de 2023 e vencimento em março de 2026. No exercício de 2024 a Shopinvest assumiu a dívida junto à PB Administradora de Estacionamentos Ltda, aumentando o capital no Shopping Park Lagos S.A. **9 – Dividendos e JSCP a pagar:** Os montantes apresentados referem-se aos dividendos a pagar aos acionistas da Companhia, no montante de **R$ 13.365** em 31 de dezembro de 2024 (**R$ 8.400** em 31 de dezembro de 2023). **10 – Tributos diferidos:** O montante de **R$ 20.793**, apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2024 (**R$ 31.438** em 31 de dezembro de 2023), refere-se à constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ganho de avaliação a mercado das propriedades para investimento. **11 - Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2024 no montante de **R$ 122.998** (**R$ 142.751** em 31 de dezembro de 2023), está representado por **124.604.364** ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (**144.616.812** em 31 de dezembro de 2023).

12 - Receita líquida:	2024	2023
Receita de aluguel	12.404	14.123
Receita de estacionamento	4.223	4.618
Receita de cessão de direito de uso	504	223
Outras receitas	3.471	619
(-) Vendas canceladas	(712)	(695)
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(621)	(689)
	19.269	**18.199**

13 - Despesas por natureza - 13.1 – Despesas administrativas:

	2024	2023
Assistência jurídica	(141)	(57)
Taxa de administração	(298)	(1.269)
Serviços de Consultoria	(64)	(48)
Condomínio	(600)	(10)
IPTU	-	(14)
Outras despesas administrativas	(1.806)	(1.034)
	(2.909)	**(2.432)**

14 – Resultado financeiro:	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	122	425
Outras receitas financeiras	-	36
	122	**461**
Depesas financeiras		
Juros s/Financiamentos	(319)	(761)
Outras despesas financeiras	-	(13)
	(319)	**(774)**
	(197)	**(313)**

15 - Cobertura de seguros: A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. **16 – Gestão de riscos - a) Risco de taxa de juros:** De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **b) Risco de taxa de câmbio:** O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações em moeda estrangeira. **c) Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e sua investida não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. **17 – Eventos subsequentes:** A Companhia não identificou e não realizou qualquer evento subsequente que impacte as demonstrações financeiras entre 31 de dezembro de 2024 e a data de aprovação destas demonstrações.

DIRETORIA
Pedro Boardman Carneiro - Diretor
Leonardo Neves Bussinger - Diretor
Carlos Alberto Cuzine Junior - Contador - CRC: RJ - 099.295/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Shopping Park Lagos S.A.** Cabo Frio - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Shopping Park Lagos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Shopping Park Lagos S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi constituída de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para avaliar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de maio de 2025.

GWM AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – RJ Nº 5.495

MARCELO JOSÉ NEVES MENDES
CONTADOR – CRC – RJ Nº 103.066

Assinado por:
Deuscimara Teixeira de Mendonça
7F2C7B71F539431...